

Alerta E-Fatura

Até ao dia 1

Até ao dia 1 de maio é necessário responder a um alerta no portal E-Fatura, pelos sujeitos passivos de regime mensal de IVA, sobre a forma de cálculo que foi utilizada na entrega da declaração mensal de IVA correspondente ao mês de fevereiro.

Declaração Mensal de Remunerações

Até ao dia 11

Reporte dos rendimentos do trabalho dependente (categoria A) auferidos por sujeitos passivos residentes em território português. Devem ainda ser declaradas as retenções de IRS, as contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e ainda das quotizações sindicais, referentes ao **mês de abril**.

Comunicação dos elementos das faturas

Até ao dia 12

A comunicação dos elementos das faturas referentes ao **mês de abril** deverá ser efetuada até ao dia 12 do mês seguinte a que respeitam.

Declaração Periódica de IVA (Regime Mensal)

Até ao dia 18

Até esta data é necessário proceder à submissão da declaração do IVA, referente ao mês de março de 2020 para os contribuintes no regime mensal.

Declaração de retenções na fonte de IRS/IRC/Imposto Selo

Até ao dia 20

É necessário proceder à liquidação e ao pagamento dos rendimentos sujeitos a retenção na fonte em sede de IRS e IRS e do Imposto Selo, relativos ao **mês de abril**.

Segurança Social

Até ao dia 20

Pagamento das contribuições relativas ao **mês de abril** de 2020.

Declaração recapitulativa de IVA (Regime Mensal)

Até ao dia 20

Esta obrigação é referente às transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas/prestações de serviços. O envio da declaração é relativo ao **mês de março**.

FCT/FGCT

Até ao dia 20

Emissão e pagamento da contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho.

Declaração Periódica de IVA (Regime Trimestral)

Até ao dia 22

Até esta data é necessário proceder à submissão da declaração do IVA, referente ao **1º trimestre** de 2020 para os contribuintes no regime trimestral.

Pagamento IVA (Regime Mensal)

Até ao dia 25

É necessário proceder ao pagamento do IVA correspondente ao **mês de março**.

Pagamento IVA (Regime Trimestral)

Até ao dia 25

É necessário proceder ao pagamento do IVA correspondente ao **1º trimestre**.

IMI

Até ao dia 31

Pagamento da **totalidade** do IMI caso o montante seja igual ou inferior a 100,00€ ou da **1ª prestação** nos restantes casos.

IUC

Até ao dia 30

É necessário proceder ao pagamento deste imposto até ao **último dia do mês da matrícula** da viatura.

Atenção!!!

Covid-19

Os pagamentos dos impostos podem ser feitos:

- Nos termos habituais (numa única prestação);
- Em três ou seis pagamentos mensais, fracionados, sem juros, sendo dispensada a apresentação de garantia.

Vencem-se:

- A primeira prestação na data de cumprimento da obrigação de pagamento em causa;
- As restantes prestações mensais na mesma data dos meses subsequentes

Aplica-se:

- Ao pagamento do IVA, nos regimes mensal e trimestral, e de **retenções na fonte de IRS e IRC**;
- Aos **trabalhadores independentes** e a **empresas** com um volume de negócios até 10 milhões de euros, com referência ao período de tributação de 2018, ou cuja atividade se enquadre nos setores encerrados nos termos do artigo 7.º do Decreto n.º 2-A/2020, de 20 de março, ou com início de atividade a partir de 1 de janeiro de 2019;
- Aplicável ainda aos sujeitos passivos que **tenham reiniciado atividade** em ou após 1 de janeiro de 2019, quando não tenham obtido volume de negócios em 2018;
- Os **restantes** poderão requerer os pagamentos em prestações, quando declarem e demonstrem uma diminuição da faturação comunicada através do E-fatura de, pelo menos, 20 % na média dos três meses anteriores ao mês em que exista esta obrigação, face ao período homólogo do ano anterior, devendo esta demonstração da diminuição da faturação ser efetuada por certificação de revisor oficial de contas ou contabilista certificado;
- Quando a **comunicação dos elementos das faturas através do E-Fatura não reflita a totalidade das operações** praticadas sujeitas a IVA, ainda que isentas, relativas a transmissões de bens e prestações de serviços, referentes aos períodos em análise, a aferição da quebra de faturação deve ser efetuada com referência ao volume de negócios, com a respetiva certificação de revisor oficial de contas ou contabilista certificado.

A presente informação não dispensa a consulta da respetiva legislação em vigor.